MUNICIPIO DE GUARINÉSIA – MG PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2022

PROCESSO Nº 012/2022

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, sediada na Rua Dois,

S/N, Quadra 8, Lote 8, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030, por sua advogada infra-assinada,

vem, apresentar I M P U G N A Ç Ã O , face ao Edital epigrafado.

1. Considerações iniciais

Ao analisar o edital é possível verificar o direcionamento dos itens 37 e 362 para

a marca específica ACCU-CHEK ACTIVE, configurando grave ilegalidade.

Sabe-se que não existem tiras universais, de modo que cada tira somente é

compatível com o monitor da mesma marca/modelo. Por isso, é prática de mercado, o

fornecimento GRATUITO (por Comodato ou Doação) dos aparelhos compatíveis com as tiras

ofertadas no certame. Assim:

a) A lei de licitação veda expressamente a escolha de marca/modelo em processos

licitatórios. Sendo aceitável apenas quando justificado tecnicamente que

somente um produto é capaz de atender às necessidades da Administração. O

que não é o caso desse certame na medida em que atualmente existem no

mercado mais de 10 produtos, de alta qualidade, devidamente aprovados e

registrados na ANVISA, todos capazes de realizar a medição da glicose com

eficiência. Por essa razão, não há motivos técnicos que justifiquem a escolha de

um produto em detrimento de todos os demais.

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REP. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Rua Dois, S/N, Quadra 008 Lote 008 Bairro/Distrito: CIVIT I – CEP: 29.168-030 - SERRA - ES

b) Por fim, esclareça-se que, justamente por não existir compatibilidade entre tiras

e monitores de marcas distintas, é prática comum de mercado o fornecimento

GRATUITO dos monitores compatíveis com as tiras ofertadas.

Desta feita, ao direcionar os itens para marca/modelo específico, tem-se as

seguintes consequências:

1. Afronta direta à Lei de Licitações que veda a escolha de marca;

2. A escolha de marca ceifa o certame de todas as demais fabricantes do mercado, apesar de

possuírem produto de qualidade, devidamente registrado na ANVISA;

3. A redução do número de licitante reduz a disputa de lances e com isso onera a contratação.

4. Gasto desnecessário com a aquisição dos monitores referente ao item 37 do edital.

Por tudo isso, serve a presente para requerer a reforma do edital para que exclua a

exigência dos itens serem da marca Accu Chek Active, sob pena de nulidade do certame e

ainda denúncia no Tribunal de Contas a fim de fiscalizar a condução deste e outros pregões

desta municipalidade.

2. DIRECIONAMENTO. ILEGALIDADE.

A lei de licitações veda expressamente o direcionamento de marca em processos

licitatórios em **DOIS** dispositivos legais: os artigos 7°, §5° e 15°, §7°, ambos da lei de

licitações, a saber:

"Art. 7º. As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços

obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 5°. É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem

similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos

casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais

materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e

discriminado no ato convocatório." (Grifo nosso)

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

§7º: Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido <u>sem indicação de</u>

marca;" (Grifo nosso)

Como se vê, o direcionamento para um produto específico, afronta a lei de licitações,

a lei de pregões, além de diversas jurisprudências já pacificadas, inclusive no Tribunal de

Contas da União. Vejamos:

O Tribunal de Contas da União já decidiu de forma pacífica:

"REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO. A inadequação das exigências editalícias,

que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da

razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e no

art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, conduz à anulação do

processo licitatório". (ACÓRDÃO 1097/07 ATA 23/2007 - PLENÁRIO. Julgado em

06/06/2007)

"Vedação imposta por esse dispositivo é um dos mecanismos utilizados pelo legislador

no sentido de conferir efetividade aos princípios informativos da licitação, entre esses

o da livre concorrência, o do julgamento objetivo e o da igualdade entre os

licitantes". (Acórdão 1553/2008 - Plenário.).

"2. (...) O objeto pode ser formado por único ou diversos itens, com a respectiva

especificação técnica, constituindo em descrição de suas características,

propriedades, medidas, quantidades e todos os demais elementos necessários à sua

exata identificação e avaliação pela Administração, ressalvada a inviabilidade de

especificações que possam caracterizar restrição à participação de interessados ou

direcionamento a determinados produtos, marcas ou fornecedores. (...)" (TC de Santa

Catarina. Processo CON-04/03646740. Parecer COG-268/04)." (g. n.)

Para o Superior Tribunal de Justiça:

"A busca da melhor proposta recomenda a admissão do maior número de licitantes.

Quanto mais propostas houver, maior será a chance de um bom negócio. Por isto, os

preceitos do edital não devem funcionar como negaças, para abater concorrentes."

(STJ, MS nº 5.623, DJ de 18/02/1998).

Na mesma esteira o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

"REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA.

ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA FORNECEDORA DE VEÍCULOS. EDITAL 057/2010. MUNICÍPIO DE



POTÉ. CARACTERÍSTICAS DOS BENS LICITADOS. EXPLICITAÇÃO EXCESSIVA. CONCORRÊNCIA LIMITAÇÃO DA **ENTRE** OS INTERESSADOS. DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. SEGURANCA CONCEDIDA. SENTENCA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO. I. A deflagração de novo processo licitatório visando a efetiva habilitação e ampliação do número de fornecedores dos bens descritos no novo edital não constitui medida ilícita; II. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender aos reclamos do interesse coletivo; III. O objeto da licitação não pode conter características peculiares e explicitações excessivas que possam excluir o universo de licitantes e outros produtos similares, que atendam ao mesmo fim. Trata-se de proibição de cláusula ou limitação do conteúdo da contratação, preservando o interesse e os princípios da moralidade e conveniência da Administração Pública; IV. O estabelecimento de especificações não usuais que resultem, sem justificativa consistente, na exclusão de outros fornecedores que disponham de bens similares e que atendam os interesses da Administração Pública, configura afronta ao princípio da moralidade administrativa. V. Toda a atuação administrativa satisfação dos interesses supraindividuais." (TJ-MG - AC: orienta-se à 10686100176235001 MG, Rel.: Washington Ferreira, Data de Julgamento: 02/07/2013). (G.n.)

Para o ilustre Administrativista Marçal Justem Filho:

"Será inválida a cláusula discriminatória quando não tiver pertinência ou relevância. Mais, ainda, também será inválida quando deixar de consagrar a menor restrição possível. Se as características do objeto licitado exigirem a adoção de tratamento discriminatório, isso não significa a autonomia da Administração para consagrar discriminação excessiva, somente será admitida a mínima discriminação necessária para assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed., p.84. g. n.)

Portanto, <u>não restam dúvidas de que a definição de marca nos editais é</u> <u>terminantemente proibida</u>, não apenas por afronta os mais comezinhos princípios que regem os certames, mas por afrontar diretamente diversos dispositivos legais, doutrina e jurisprudência, como os acima transcritos.

3. PRINCIPAL OBJETIVO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Certamente essa r. municipalidade sabe que o principal objetivo dos processos

licitatórios é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração e os cofres Públicos.

Por isso, a Administração está vedada a realizar qualquer exigência editalícia que

restrinja a competitividade, especialmente nos casos em que a Administração escolha um

produto em detrimento de outro. Principalmente se tal escolha onera os gastos da

Administração, nos termos do art. 3º, §1º da Lei de Licitações (8.666/1993).

Do mesmo modo, o art. 3º da Lei de Pregões também determina que são vedadas

especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. É

por isso que, o mestre Marçal Justen Filho ensina que, nos processos licitatórios a maior

vantagem ocorre quando a Administração decide realizar a prestação menos onerosa aos

cofres Públicos, o que somente ocorrerá mediante a promoção da competitividade entre as

licitantes.

Portanto, considerando que as exigências impugnadas não agregam qualidade ao

produto, sendo, pois, mero diferencial comercial, serve a presente para requerer a reforma do

edital a fim de ampliar o rol de licitantes.

4. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

ITEM 362 - COMODATO:

Verifica-se que, o presente edital deixou de mencionar se será praticado o regime de

comodato para o fornecimento de aparelho glicosímetro com relação à aquisição de Tiras

Reagentes referente.

Caso seja interesse que ocorra o fornecimento de aparelhos glicosímetros em regime

de comodato, a licitante interessada informa que a pratica de mercado é o fornecimento de 1

aparelho glicosímetro para cada 1.000 tiras reagentes.

Portanto, para uma aquisição de 3.750 caixas de tiras reagentes – o que equivale à

187.500 unidades de tiras, conforme estabelecido no edital, neste certame seriam fornecidos

188 aparelhos.

Como pode ser verificado, a aquisição do Item 37 (Aparelho Glicosímetro) gera um

gasto desnecessário para a Administração, visto que o quantitativo a ser fornecido pela

empresa vencedora em regime de comodato é SUPERIOR (188 glicosímetros) à compra realizada no Item 37 (150 glicosímetros).

Portanto, não há razões que justifiquem a permanência do Item 37, que geram gasto desnecessário para a Administração.

Assim, pergunta-se:

a. Será exigido o fornecimento de aparelhos glicosímetros em regime de comodato?

b. Em caso positivo, qual a quantidade de glicosímetros será exigida?

c. As licitantes poderão apresentar proposta conforme a proporção praticada no mercado, sendo 1 aparelho glicosímetro para cada 1.000 tiras?

d. Qual o motivo para essa Administração manter o descritivo do Item 37 uma vez

que sua manutenção gera custos desnecessários à Administração?

5. PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer que seja alterado o descritivo do item 362, excluindo o nome da marca citada, podendo a Administração excluir o Item 37, passando a exigir da licitante vencedora o fornecimento gratuito dos monitores.

Requer ainda, que sejam esclarecidas a dúvidas suscitadas acima.

Sendo essa impugnação indeferida, requer sua remessa à Assessoria Jurídica para parecer fundamentado quanto ao direcionamento identificado, bem como, Parecer da área técnica que informe quais as características que os testes dessas marcas possuem e que

não podem ser atendidas por nenhum outro teste do mercado.

Em anexo, seguem algumas decisões de órgãos conceituados que decidiram alterar o edital em homenagem à competitividade, na busca da proposta mais vantajosa, tudo em

benefício da Administração.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Serra/ES, 22 de março de 2022.

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo de licitação nº 003/2022 Pregão Presencial nº 001/2022 Registro de Preços nº 002/2022

1) DOS FATOS

Ante a publicação do edital em questão, a empresa MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ de n° 05.343.029/0001-90, apresentou impugnação face ao edital, pelos seguintes fatos e fundamentos expostos:

Segundo a empresa, ao analisar o edital há direcionamento dos itens 125 (monitor) e 201 (tiras), ambos para a marca **Accu chek active**, o que para a empresa resta configurada grave ilegalidade.

A Empresa menciona ainda que o motivo pelo qual supõe-se que a escolha da marca das tiras e monitores é o fato da administração já possuir os aparelhos, o que seria um argumento que não poderia prosperar, tendo em vista que não seria justificativa de acordo com o seguintes argumentos:

- 1) O fato da administração já possuir os aparelhos não é justificativa para escolher a marca do produto, tendo em vista que assim a vencedora seria sempre fornecedora do Município;
- 2) Alega que não existe tira de uma marca que seja compatível com o monitor de outra marca;
- 3) Alega ainda inexistirem motivos técnicos para o "direcionamento".

A empresa questiona ainda o fato do município estar adquirindo 100 monitores, ao custo de R\$ 11.529,00 (onze mil quinhentos e vinte e nove reais), se já existem monitores no Município, complementa as alegações com outros questionamentos que versam sobre o trabalho e condução da administração.

Salienta a respeitável empresa que a lei de licitações veda expressamente a escolha de marca em processos licitatórios, por se utilizar dinheiro público, a administração deve sempre buscar a proposta mais vantajosa à administração.

Fundamenta-se os pedidos com os dispositivos da lei 8666/93 e alguns entendimentos do TCU. A final solicita esclarecimentos sobre os itens: 104 acerca de tipo e quantidade e 190 acerca da descrição.

Após o recebimento da presente impugnação a pregoeira promove para a análise da Assessoria jurídica e logo depois aprecia e em conjunto como a comissão permanente de licitação apresenta a presente resposta endereçada á respeitável Empresa. Em síntese, eis o relatório.

2) DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

Rua Azarias Varella de Azevedo, 32 (Esquina com Praça São Francisco de Assis) CNPJ: 18.114.231/0001-91 Centro - São Francisco do Glória/MG — CEP 36.810-000 Telefones: (32) 3754-1089 / 1150 / 1170 / 1463 / 1468 / 1477

E-mail: prefeituramunicipal@saofranciscodogloria.mg.gov.br

2.1) Do alegado direcionamento

De início, torna-se prudente destacar que especificamente os monitores de propriedade do município funcionam apenas com as tiras da mencionada marca. Como bem dito pela Ilustre empresa: "SEGUNDO, não existe tira de uma marca que seja compatível com monitor de outra marca...".

Assim sendo, não há que se falar em direcionamento ou preferência por uma marca. Questões técnicas levam a tal exigência, uma vez que esta é a proposta mais razoável para a Administração, de igual modo o Município não pode ser prejudicado em adquirir tiras de outras marcas que não funcionam em seus monitores.

A aquisição ineficaz das tiras não compromete apenas ao processo licitatório. Há uma série de questões como o acompanhamento e tratamento de pacientes, ações de saúde básica e efetivo controle de comorbidades se dão por prejudicados em razão da ausência das tiras classificadas como compatíveis as aparelhos do Município.

Torna-nos prudente destacar que a mencionada vedação expressa em escolha de marca não produz teor taxativo, nesse sentido TCU consolidou o seguinte entendimento:

SÚMULA 270 TCU- Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação.

Conforme se nota, há pacificação no Tribunal de Contas da União em se utilizar/indicar marcas para atender exigências de padronização desde que haja prévia justificação. Ratificando o tema, o interesse público está em pauta para que haja a indicação para a contratação.

Ressalta-se ainda, que a Administração prezando pela ampla concorrência, aceita outras marcas em caso de fornecimento conjunto pelos fornecedores, ou seja, em regime de comodato a empresa vencedora fornece os monitores correspondentes sem ônus ao Município. Em suma não há direcionamento ou favorecimento de determinada marca, há de fato zelo pelo Interesse Público em buscar a melhor proposta fundamentada pela procura por item compatível aos monitores de propriedade do município.

2.2) DO ALEGADO GASTO DESNECESSÁRIO QUANTO A AQUISIÇÃO DE NOVOS MONITORES.

De início, com a devida vênia, não compete a esta respeitável Empresa o Juízo de necessidade de gastos. Todas as aquisições são feitas em observância à necessidade oriunda das respectivas secretarias através de acompanhamentos e dados de levantamento em conjunto com as disposições orçamentárias do Município.

Em suma, se há a necessidade de aquisição de novos monitores, certamente há surgimento de demandas por parte da Secretaria de Saúde. Ressalta-se ainda que o sistema de registro de preço não obriga necessariamente a aquisição de 100 (cem) novos monitores de modo imediato.

Rua Azarias Varella de Azevedo, 32 (Esquina com Praça São Francisco de Assis) CNPJ: 18.114.231/0001-91 Centro - São Francisco do Glória/MG – CEP 36.810-000 Telefones: (32) 3754-1089 / 1150 / 1170 / 1463 / 1468 / 1477

E-mail: prefeituramunicipal@saofranciscodogloria.mg.gov.br

Ante o exposto, não há que se falar em gastos desnecessários para que sustente os argumentos e pretensões de venda da respeitável Empresa.

3) DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1- Da profundidade das lancetas

Conforme questionamento, recomenda-se ao licitante que as propostas sejam baseadas no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, atendendo assim as exigências e necessidade da administração.

Quanto as questões técnicas, tais questionamentos como "beneficio das lancetas", com a devida vênia não correspondem a este setor de licitações. O que por garantia de oferece é a demanda justificada e devidamente descrita no termo de referência.

3.2 – Quanto ao tipo de lanceta ITEM 104

Para todos os fins, esclarecemos que após consulta ao Senhor Secretário de Saúde, as lancetas serão do tipo retrátil.

3.3- Quantidade de Lancetas

De início Ressalta-se que a quantidade prevista no Item 104 está correta. De outro lado não há exigências, há o sistema de registro de preços. Há cotações e há previsão de demanda, o que não significa a aquisição de todas as lancetas.

Quanto a quantidade de lancetas empenhadas no último pregão, entendemos que a solicitação deve ser feita no setor de compras ou tesouraria do Município. Ressalta-se que há a prevalência da publicidade a todo momento, porém esta resposta à impugnação se atém por questões técnicas somente a abordagem do atual instrumento convocatório.

3.4- Exigências do Item 190

Para maior esclarecimento, ressalta-se que o tipo do item é CLINICO DIGITAL INFRAVERMEHO SEM CONTATO.

4) CONCLUSÃO

Ante o exposto, essa administração considera a possibilidade de apresentação de outra marca condicionada ao fornecimento de monitores sem onerosidade ao município como dentro da razoabilidade.

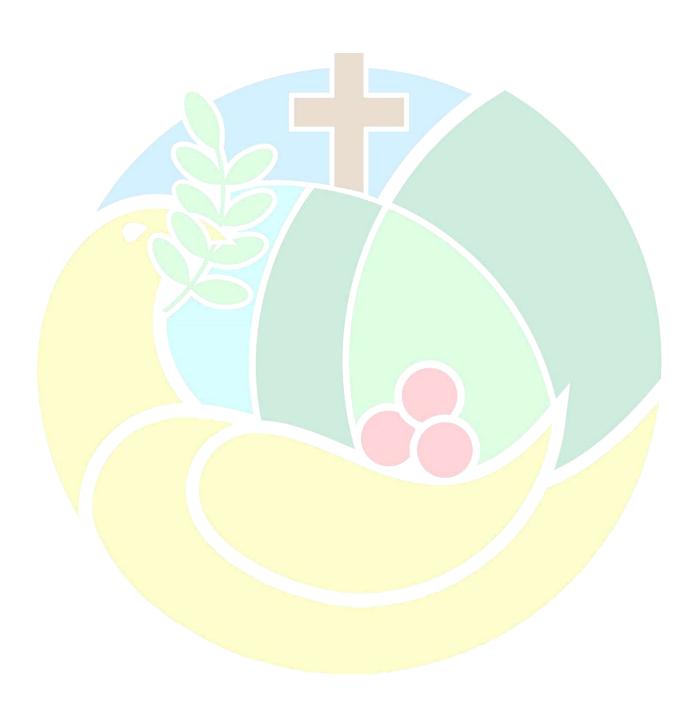
Esclarecidas as situações em requerimento, reitera-se o sentimento de estima e consideração.

São Francisco do Glória-MG, 24 de janeiro de 2022.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES PREGOEIRA

Rua Azarias Varella de Azevedo, 32 (Esquina com Praça São Francisco de Assis) CNPJ: 18.114.231/0001-91 Centro - São Francisco do Glória/MG — CEP 36.810-000

Telefones: (32) 3754-1089 / 1150 / 1170 / 1463 / 1468 / 1477 E-mail: prefeituramunicipal@saofranciscodogloria.mg.gov.br



Rua Azarias Varella de Azevedo, 32 (Esquina com Praça São Francisco de Assis)
CNPJ: 18.114.231/0001-91 Centro - São Francisco do Glória/MG — CEP 36.810-000
Telefones: (32) 3754-1089 / 1150 / 1170 / 1463 / 1468 / 1477
E-mail: prefeituramunicipal@saofranciscodogloria.mg.gov.br

HOSPITAL MUNICIPAL SANT' ANA DE CARANDAÍ

CNP.J- 19.558.782-0001-07

		ITAL

PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2021

OBJETO: escolha da proposta mais vantajosa para a Autarquia, de menor preço por item (lote), para o REGISTRO DE PREÇO, consignados em Ata de Registros, visando a futura e eventual, aquisição de Materiais Médicos Hospitalares, Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e, Equipamentos Permanentes para suprir a demanda dos setores Clínica Médica, Pronto Atendimento, Sala de Coorte, Bloco Cirúrgico e Ortopedia da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí.

CONSIDERANDO, os pedidos de esclarecimento e impugnação apresentados pela Empresa MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90 no que se refere aos itens nº 22,23,24, 357,358,359,360 e 361 do Edital;

CONSIDERANDO, as solicitações de modificação nos itens acima citados pelo Setor Requisitante, após a impugnação/esclarecimento;

CONSIDERANDO, os princípios elencados na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/2002;

DECIDE:

A Pregoeira, no uso de sua atribuição legal, conforme alterações solicitadas pelo Setor Requisitante ALTERA a planilha do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- *O Edital retificado estará disponível dia 23 de dezembro de 2021, exatamente nos mesmos locais em que fora publicado anteriormente.
- *Por força do §4, Art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93 reabre-se o prazo inicialmente estabelecido em Edital. Desta forma, o início para o recebimento das propostas será às 08h do dia 23/12/2021 e o término do recebimento será as 08h do dia 07/01/2022, com o início da sesssão de disputa de preços às 9h do dia 07/01/2022.

Carandaí, 21 de dezembro de 2021.

Pregoeira



RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2021

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de medicamentos e material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde.

I - RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande - MG está promovendo licitação na modalidade pregão eletrônico registrado sob o número 005/2021, cujo objeto é registro de preços para futuras aquisições de medicamentos e material médico hospitalar para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde.

Após a publicação do instrumento convocatório, a empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, apresentou impugnação ao edital, requerendo que seja alterada a descrição do ITEM 187 - TIRAS REAGENTE GLICEMIA ACCU-CHECK ACTIVE, alegando que a parte grifada se trata de marca o que não é permitido por lei, solicitamos ao Secretário Municipal de saúde esclarecimentos quanto a solicitação do item questionado conter MARCA/MODELO, pois conforme alegações de uma possível licitante restringe a competição limitando assim apenas ao fabricante daquela marca, solicitado este esclarecimento no dia 15/10/2021 através do memorando de nº 053/2021, como o Secretário Municipal de Saúde foi o responsável pela solicitação aguardamos seu posicionamento para julgar o pedido de impugnação em questão.

O Secretário Municipal de Saúde prontamente encaminhou-nos memorando na data do dia 18/10/2021, informando que as especificações constantes na lista de itens solicitados para que fossem licitados opta por uma marca e modelo específico, ao qual seja o item em questão: ITEM 187 TIRAS REAGENTE GLICEMIA ACCU- CHEK ACTIVE, por não haver tiras universais, e os aparelhos que a secretaria tem atualmente, são desta marca/modelo sendo assim caso o licitante vencedor forneça outra marca/modelo que não a especificada de nada resolveria, informou ainda que foi pensando na proposta mais vantajosa para a administração pública que informou o item específico, para não incorrer no erro de adquirir produto que não tivesse o seu devido fim, colocou também que poderiam os futuros licitantes apresentarem propostas de tiras que sejam de outras marcas/modelo desde que seja fornecido gratuitamente (por comodato ou doação) os aparelhos compatíveis com as tiras ofertadas no certame .

> Praça São José s/n.º , Centro, em Cabeceira Grande (MG) – CEP.: 38625-000 PABX: (38) 3677 - 8040 / 3677 - 8044 / 3677 - 8077

site: www.pmcg.mg.gov.br e-mail: gabin@pmcg.mg.gov.br



II- DECISÃO

Diante do exposto, este pregoeiro do Município de Cabeceira Grande- MG, não vê necessidade de delonga e decide "DEFERIR O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO" apresentado pela empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, determinando a realização de alteração no edital objeto do pregão eletrônico nº 005/2021 através de ERRATA e nos seguintes termos:

Onde se lê:

187	10.000	Tiras	Tiras reagente glicemia Accu-Chek Active	R\$	R\$
	Leia se:			120	I po
187	10.000	Tiras	TIRAS REAGENTE GLICEMIA Mediante fornecimento (por comodato ou doação) dos aparelhos compatíveis com as tiras ofertadas no certame – DADA A PRATICA DE MERCADO.	R\$	R\$

Em cumprimento ao art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, após as devidas correções, será reaberto prazo para recebimento e abertura das propostas, com consequente prorrogação da realização do certame. Mantém-se inalteradas as demais condições do instrumento convocatório do presente Pregão Eletrônico.

DANIEL JONIOR SOARES DE JESUS

PREGOEIRO

32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS **HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

Pelo presente instrumento particular de Alteração Sociedade Limitada:

MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°43.687.090/0001-43, com seus atos devidamente registrados na Junta Comercial do Espírito Santo sob o nº 32202820986, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por seus administradores Sr. JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49; e Sra. VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15, única sócia componente da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de COMÉRCIO **REPRESENTAÇÕES MEDLEVENSOHN** Ε DE HOSPITALARES LTDA, sediada na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, cujo contrato social encontra-se arquivado na JUCEES sob nº 32201720961. Resolvem as partes ALTERAR as cláusulas do contrato social de constituição e dar nova nomenclatura às cláusulas, em virtude da seguinte alteração:

DO ENDEREÇO DA SÓCIA

Cláusula 1ª - Altera-se o endereço da Sócia MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA para Rua Dois, S/N°, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 2ª - Altera-se a forma da administração da empresa, que passa a ser da seguinte forma:

A Administração da sociedade será exercida, indistinta, isoladamente e individualmente, pelos Administradores não-sócios: Sr. José Marcos Szuster, e Sra. Verônica Vianna Villaça Szuster, que terão os poderes de administração geral dos negócios sociais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 3ª - Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social. E, finalmente, os sócios resolvem CONSOLIDAR o contrato social, que passa reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

> MEDLEVENSOH Assinado de forma digital por N COMERCIO E MEDLEVENSOHN REPRESENTAC OFS DF PRODUTO:053 43029000190

COMERCIO E 00190 Dados: 2022.02.07

REPRESENTAÇÕES DE PRODUTO:053430290

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/32290702225358976014









NIRE: 32201720961

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 7 de fevereiro de 2022 17:38:02 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório

32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA CNPJ N° 05.343.029/0001-90

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°43.687.090/0001-43, com seus atos devidamente registrados na Junta Comercial do Espírito Santo sob o nº 32202820986, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por seus administradores Sr. JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49; e Sra. VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15, única sócia componente da sociedade empresária limitada, que gira nesta Cidade do Espírito Santo, sob a denominação social de MEDLEVENSOHN COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sediada na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, cujo contrato social encontra-se arquivado na JUCEES sob nº 32201720961. Resolvem as partes dar nova nomenclatura às cláusulas do contrato social de constituição, consolidando-o em um único instrumento que passará a reger-se pelas condições seguintes:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FILIAIS E DURAÇÃO

<u>Cláusula 1ª</u> - A Sociedade gira sob a denominação social de **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** e nome fantasia **MEDLEVENSOHN**.

<u>Cláusula 2ª</u> - A sociedade está sediada na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.

- a) <u>Filial 1</u>- Estabelecida na Rua Dois, nº 61, Quadra 08, Lotes Englobados 09, 10 e 11, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002- 70 e NIRE 3290039774-4.
- **Filial 2** Estabelecida na Rua do Mercado, nº 11, Cobertura, Pavimento 24, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-120, inscrito no CNPJ 05.343.029/0003-51 e NIRE 3390122140-3.
- c) <u>Filial 3</u> Estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Vila Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05022-001, inscrito no CNPJ 05.343.029/0004-32 e NIRE 3590491075-9.
- d) <u>Filial 4</u> Estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-13, e NIRE 3290052400-2.

32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS **HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

Cláusula 3ª - A sociedade pode ainda abrir outras filiais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional, por deliberação dos sócios cotistas;

Cláusula 4ª - O faturamento e entrega das mercadorias poderá ser realizado através da Matriz e/ou Filiais.

Cláusula 5ª - A venda das mercadorias poderá ser feita através do telemarketing e ecommerce.

Cláusula 6 ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado;

Cláusula 7 ª - As filiais giram com o capital da Matriz.

DO OBJETO

Cláusula 8ª - A sociedade tem por objetivo:

Comércio Atacadista:

- Comércio atacadista de Instrumentos e materiais p/ uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios:
- Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios;
- Comércio atacadista de calçados;
- Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
- Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico;
- Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontomédico-hospitalar; partes e peças;
- atacadista Comércio de outras máquinas equipamentos, partes peças;
- Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários:
- Importação e exportação dos produtos e mercadorias acima mencionados.

Prestação de Serviços:

- Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas;
- Assessoramento ao usuário na utilização de sistemas;
- Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-medico-hospitalares.
- Consultoria em tecnologia da informação;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador;









32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N° 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

- Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
- Organização logística do transporte de carga;
- · Carga e descarga;
- Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- Laboratórios clínicos;
- Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
- Atividades de apoio à gestão de saúde;
- Atividades de teleatendimento;
- Atividades de enfermagem.

Parágrafo 1 - A filial estabelecida na Rua Dois, nº 61, Quadra 08, Lotes Englobados 09, 10 e 11, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002-70 e NIRE 3290039774-4, exerce somente a atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99).

Parágrafo 2 – A filial estabelecida na Rua do Mercado, nº 11, Cobertura, Pavimento 24, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-120, inscrito no CNPJ 05.343.029/0003-51, e NIRE 3390122140-3, exerce as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 7490-1/04); consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares (CNAE 4618-4/02); representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 4619-2/00); comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (CNAE 47.73-3-00).

Parágrafo 3 - A filial estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Vila Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05.022-001, inscrita no CNPJ 05.343.029/0004-32, e NIRE 3590491075-9, exerce as mesmas atividades da matriz com inclusão da atividade de call center (CNAE 82.20-2-00).

Parágrafo 4 – A filial estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-13, e NIRE 3290052400-2, exerce apenas atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

Parágrafo 5 – Para as atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; e representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado, destaca-se o capital de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais.

DO CAPITAL SOCIAL

<u>Cláusula 9ª</u> - O Capital Social, que é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional.

<u>Cláusula 10^a</u> - A titular não responderá de maneira subsidiária pelas obrigações sociais, e sua responsabilidade patrimonial perante a sociedade será limitada ao valor de suas quotas, conforme o artigo 49-A do Código Civil.





32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS **HOSPITALARES LTDA**

CNPJ N° 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 11ª - A Administração da Sociedade será exercida, indistinta, isoladamente e individualmente, pelos administradores não-sócios: Sr. José Marcos Szuster, e Sra. Verônica Vianna Villaça Szuster, que terão os poderes de administração geral dos negócios sociais, a saber:

- I Abrir e movimentar contas bancárias, assinar e endossar cheques, requisitar talões de cheques, autorizar pagamentos, receber faturas, passar recibos e dar quitação;
- II Firmar propostas, contratos e outros documentos relativos ao objeto social da sociedade;
- **III -** Representar a sociedade ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- IV Emitir, endossar ou avalizar notas promissórias, letras de câmbio e duplicatas:
- V Alienar ou onerar de qualquer forma os bens da sociedade, firmar contratos de locação, leasing ou compra de bens e serviços, bem como outros documentos que importem em ônus para a sociedade;
- VI Nomear procuradores, em nome da sociedade, devendo ser especificados os fins de mandato.

Parágrafo Primeiro - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovada, pela titular.

Parágrafo Segundo - É vedado aos administradores o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos da Sociedade.

Cláusula 12ª - Os administradores terão o direito a retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será livremente convencionado com a titular.

Cláusula 13ª - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 14ª - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano e, ao final de cada exercício, será levantado um balanço patrimonial e o balanço de resultados econômicos, sendo os lucros ou prejuízos verificados reinvestidos, distribuídos ou suportados, por deliberação da titular.

Parágrafo Único - Por decisão da titular, também poderão ser levantados os balanços parciais a qualquer tempo ao longo do exercício social, inclusive para distribuição dos lucros apurados no período.



32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N° 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

DAS DELIBERAÇÕES

<u>Cláusula 15</u>^a - A titular deliberará, ordinariamente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil, sobre as destinações dos resultados financeiros, devendo proceder o levantamento do balanço patrimonial e demonstração de resultados econômicos referentes ao período, bem como proceder com as devidas averbações e registros. Poderá, a titular, decidir sobre toda e qualquer matéria relacionada ao objeto social da Sociedade, isoladamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem.

Parágrafo Primeiro - Toda e qualquer deliberação no âmbito da sociedade poderá ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, inclusive permitindo a participação e votação por meio de plataforma digital durante a reunião, conforme decidido por sua titular, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Segundo - A titular concorda, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, em utilizar e reconhecer como válida qualquer forma de comprovação de anuência a eventuais termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

<u>Cláusula 16</u>^a - As quotas sob propriedade da titular poderão ser alienadas, de qualquer modo e a qualquer título, gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, a quaisquer terceiros, desde que sejam respeitadas eventuais regras internas da sociedade e procedidas as devidas alterações contratuais necessárias.

<u>Cláusula 17</u>^a - A sociedade somente será dissolvida por deliberação de sua titular, ou em caso de seu falecimento, caso os sucessores e herdeiros legais não desejem prosseguir com a sociedade, ou, então, em casos decorrentes de decisão de entidade governamental competente. Em todas as hipóteses, proceder-se-á a liquidação de seu ativo e passivo, devendo o remanescente do patrimônio social, se houver, ser atribuído a sua titular ou aos seus sucessores e herdeiros, em caso de falecimento.

Parágrafo Único - Caberá a titular estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear e/ou destituir o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas no Brasil.

<u>Cláusula 18</u>^a - O contrato social será alterado, total ou parcialmente, por deliberação da Titular, exceto se a lei, ou este contrato social, requererem unanimidade na decisão.

Parágrafo Primeiro - Os administradores da sociedade poderão realizar todos os atos necessários, de forma a resguardar esses direitos desta Cláusula junto aos seus empregados e contratados, conforme disposto no artigo 4°, §2°, da Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

Parágrafo Segundo - A sociedade e a titular deverão realizar todos os atos necessários para proceder ao registro dos bens imateriais junto aos órgãos competentes.

<u>Cláusula 19</u>^a - A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;



32ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N° 05.343.029/0001-90 NIRE: 32201720961

DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

<u>Cláusula 20</u>^a - Os casos omissos ou para qualquer demanda oriunda deste instrumento, serão regulados pelas disposições aplicáveis da legislação em vigor, ficando eleito o Foro da Cidade de Serra/ES, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para resolver quaisquer dúvidas ou litígios que dele se originarem.

DISPOSIÇÃOES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, as partes, assinam o presente instrumento por meio digital, para que produza todos os efeitos legais, declarando todas as partes expressamente aceitarem e reconhecerem como válida tal forma de assinatura para fins de comprovação de autoria e integridade do presente instrumento, podendo ser admitido como prova pelo Poder Judiciário, para todos os fins, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Serra/ES, 03 de Janeiro de 2022.

Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster Representantes



Cartório Azevêdo Bastos



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF/CNPJ	Nome			
26653915115	VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER			
63379198749	JOSE MARCOS SZUSTER			



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/01/2022 16:54 SOB N° 20211441813. PROTOCOLO: 211441813 DE 03/01/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12200014435. CNPJ DA SEDE: 05343029000190. NIRE: 32201720961. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/01/2022. MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES

> PAULO CEZAR JUFFO SECRETÁRIO-GERAL www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/32290702225358976014











PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado, pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49.

VERÔNICA VIANNA VILLACA SZUSTER, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, n° 804, apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15.

Únicos sócios da sociedade limitada de denominação MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o NIRE de nº 32202820986 e inscrita no CNPJ de nº 43.687.090/0001-43 com sede na Rua Dois, S/N, Quadra 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030. Resolvem as partes ALTERAR o Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

DO ENDEREÇO DA SEDE

Cláusula 1ª - Altera-se o endereço da sede para Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 2ª - Altera-se a forma da administração da empresa, para passa a ser da seguinte forma:

A administração da sociedade será exercida pelos sócios José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster indistinta, isoladamente e individualmente, com poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial, ou por um procurador nomeado pelos administradores, com poderes específicos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 3ª - Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social. E. finalmente, os sócios resolvem consolidar o contrato social, que passa reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 NIRE - 32202820986

JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49.

VERÔNICA VIANNA VILLACA SZUSTER, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, n° 804, apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tipb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/32290702225358976014 Autenticação Digital Código: 32290702225358976014-9



Data: 07/02/2022 17:30:49 Valor Total do Ato: R\$ 5,02

Selo Digital Tipo Normal C: AMN14121-OM5U;





PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

Únicos sócios da sociedade limitada de denominação MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o NIRE de nº 32202820986 e inscrita no CNPJ de nº 43.687.090/0001-43 com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, em virtude da alteração havida, resolveram os sócios dar nova nomenclatura às cláusulas do contrato social de constituição, consolidando-o em um único instrumento que passará a reger-se pelas cláusulas seguintes:

DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DAS FILIAIS

Cláusula 1ª - A Sociedade adota a denominação social de **MEDLEVENSOHN** PARTICIPAÇÕES LTDA.

Cláusula 2ª - A Sociedade tem sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030.

Parágrafo Primeiro - Por resolução dos sócios, poderá a sociedade abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, dentro ou fora do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo para fins de direito.

Parágrafo Segundo - As filiais eventualmente abertas serão extintas nas seguintes hipóteses:

- I- Ocorrendo a extinção do estabelecimento-sede;
- II Por unanimidade dos sócios representando o capital social da sociedade.

DO OBJETO

Cláusula 3ª - A sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, acionista ou quotista, atuando como "holding"

Código da atividade:

Holdings de instituições não financeiras (CNAE 6462-0/00).

DO PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando-se as atividades após a data de assinatura deste contrato.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5^a – O capital social é de R\$ 1.597.777,00 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e sete reais), dividido em 1.597.777 (um milhão, quinhentas e noventa e sete mil e setecentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e a ser integralizado mediante a conferência dos bens descritos no anexo I, bem como em moeda corrente no valor de R\$ 9.777,00 (nove mil, setecentos e setenta e sete reais) pela sócia Verônica Vianna Villaça Szuster, sendo as quotas divididas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	N° DE QUOTAS	VALOR (R\$)	%
José Marcos Szuster	1.438.000	R\$ 1.438.000,00	90
Verônica Vianna Villaça Szuster	159.777	R\$ 159.777,00	10
TOTAL	1.597.777	R\$ 1.597.777,00	100

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/32290702225358976014







PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo - No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção de suas respectivas participações.

Parágrafo Terceiro - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Quarto - É vedado aos sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do Capital Social, caucioná-las, onerá-las, empenhá-las ou gravá- las.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6ª – A administração da sociedade será exercida pelos sócios José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster indistinta, isoladamente e individualmente, com poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial, ou por um procurador nomeado pelos administradores, com poderes específicos, conforme parágrafo primeiro, abaixo:

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente, devendo, entretanto, o instrumento de mandato, conter a especificação dos poderes e o prazo de validade, que poderá ser determinado ou indeterminado, salvo no caso de procurações "ad judicia" que será sempre indeterminado.

Parágrafo Segundo - É expressamente vedado à sociedade prestar fiança ou aval, assumir favores e/ou obrigações estranhas aos seus objetivos e interesses sociais a pessoas e/ou empresas.

Parágrafo Terceiro – Incumbe aos administradores:

- I Representar a sociedade dentro das atribuições impostas pelos sócios;
- II Administrar os negócios sociais com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, representando a sociedade junto aos órgãos governamentais, repartições e autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, nas esferas federal, estadual ou municipal e cartórios de protestos em todas as suas secções;
- **III** Abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias, depositar e retirar dinheiro, títulos e valores, assinar cheques, ordens de pagamento, requisições de cheques, saques, duplicatas, triplicatas, letras de câmbio, bem como quaisquer documentos atinentes às atividades normais da Sociedade:

Parágrafo Quarto - Os Administradores ficas dispensados de prestar garantias pelos atos de administração

Parágrafo Quinto - Os sócios, de comum acordo, declaram e aceitam com a previsão de constituição de conselho de administração

DO DESIMPEDIMENTO

Cláusula 7ª - Os administradores, ora nomeados, declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de



PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem que foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Cláusula 8ª – Os administradores terão o direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor será fixado e reajustado periodicamente por decisão dos sócios representando a maioria do capital social e que será levada à conta de despesas gerais da sociedade.

DAS DELIBERAÇÕES

- Cláusula 9a As deliberações sociais serão tomadas em reunião, as quais serão convocadas por quaisquer sócios.
- Cláusula 10^a Competirá aos sócios por unanimidade de votos, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:
- I Deliberação sobre as demonstrações financeiras e a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver:
- II A concessão de empréstimo aos sócios ou em nome da sociedade:
- III Constituição do conselho de administração da Sociedade e eleição de seus membros.
- Cláusula 11ª Competirá aos sócios, através de votos de pelo menos ¾ (três quartos) da totalidade das quotas representativas do capital social, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:
- I Desistir, concordar, transigir, quitar ou fazer acordo sobre quaisquer direitos ou obrigações que envolvam os interesses sociais;
- II Assumir em nome da sociedade quaisquer obrigações ou responsabilidades, desde que não envolva a concessão ou obtenção de empréstimos, podendo, para tanto, assinar quaisquer documentos ou contratos públicos ou particulares;
- III representar a sociedade junto a quaisquer instituições financeiras, estabelecimentos bancários, em todas as suas carteiras, bem como perante o BancoCentral do Brasil e a Bolsa de Valores:
- IV Alteração do presente Contrato Social;
- V Fusão, cisão e incorporação;
- VI Nomeação de procuradores;
- VII Dissolução e cessação do estado de liquidação.
- Cláusula 12ª Dentro de 4 (quatro) meses a contar da data de encerramento do exercício social, os sócios reunir-se-ão em reunião ordinária a fim de:
- I Tomar as contas do administrador, examinar, discutir e deliberar sobre o balançopatrimonial

Cartório Azevêdo Bastos

Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br



PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

correspondente ao exercício social encerrado, com exoneração de responsabilidade do administrador da sociedade, na hipótese de aprovação, sem ressalva, dos documentos;

- II Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado;
- III Designar, se necessário, novo administrador, fixando-lhe a respectiva remuneração.

Parágrafo Primeiro - Cada quota dará a seu titular o direito a 1 (um) voto nas decisõessociais.

Parágrafo Segundo - As atas de reuniões de sócios serão lavradas em livro próprio, assinadas pelos presentes e levadas ao registro no prazo de até 20 (vinte) dias de suarealização.

Parágrafo Terceiro - Quaisquer sócios poderão fazer-se representar nas reuniões por outro sócio ou por procuradores devidamente autorizados por procuração ou por carta, telegrama, email ou fac-símile que indique tal representação.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 13ª O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o balanço geral. A sociedade deverá preparar e submeter aos sócios, balanços semestrais ou em períodos menores, podendo, com base nesses balanços:

- I Declarar e distribuir os lucros apurados, lucros acumulados ou reservas de lucros existentes;
- II Manter os referidos lucros apurados em conta de lucros em suspenso; ou
- III Destiná-los ao aumento de capital.

Parágrafo Único - Os lucros serão distribuídos proporcionalmente às respectivas participações, permitida, no entanto, a distribuição desproporcional por decisão unânime de Sócios.

DA SESSÃO DE QUOTAS

Cláusula 14ª - Exceto em caso de doação, a alienação de quotas da sociedadesomente será feita, obedecendo aos seguintes critérios:

- I Prioridade para aquisição pela própria sociedade:
- II Aquisição por demais Sócios.

Parágrafo Primeiro - É vedado qualquer tipo de alienação a terceiros, estranhos à linha direta de sucessão familiar dos atuais sócios, a qualquer tempo, sob pena de serconsiderada nula, aplicando-se as regras previstas nos parágrafos a seguir, priorizando-se sempre o "intuitu personae"

Parágrafo Segundo - Os sócios que desejarem alienar suas quotas comprometem-se a respeitar o direito de preferência nos termos acima previstos, de forma a resguardar a sociedade e os demais sócios, em igualdade de condições com o adquirente. A preferência incidirá em qualquer forma de sucessão, cessão, transferência, alienação ou oneração direta ou indireta das quotas e os direitos a elasinerentes, bem como subscrição de novas quotas.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de quaisquer sócios desejarem praticar qualquer forma de



Cartório Azevêdo Bastos



PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

alienação de parte ou totalidade de sua participação societária na sociedade e/ou os direitos que detém em função da referida participação, deverá notificar, por escrito, os demais sócios (Notificação de Oferta) especificando:

- I Aquantidade de quotas ofertadas, além do percentual do capital social da sociedade que elas representam;
- II Os termos, o preço e as demais condições depagamento.

Parágrafo Quarto - Os sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Notificação de Oferta, para manifestarem-se, por escrito, e especificando a parcela da participação que pretendem adquirir.

Parágrafo Quinto - As quotas sobre as quais não for exercido o direito de compra deverão ser ofertadas novamente aos demais Sócios, mediante a citada notificação de oferta, tendo os sócios mais 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, para semanifestarem. A aceitação, nos termos deste parágrafo, terá caráter irrevogável, sendo que o descumprimento destas obrigações possibilitará à sociedade considerar o ato nulo.

Parágrafo Sexto - Caso quaisquer dos sócios confirmem sua intenção de adquirir as quotas ofertadas, a aceitante terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da aceitação, para exercer o seu direito de preferência, efetuando o pagamento do preço ou de parcela deste, de acordo com o que estiver estipulado na Notificação de oferta. Nesta ocasião, serão transferidas ao Sócio aceitante as quotas que tiver adquirido ou será repetido o processo em relação à sociedade.

Parágrafo Sétimo - Fica desde já estabelecido que a falta de manifestação a respeito da Notificação de Oferta, dentro do prazo acima estabelecido, presume, para todos os efeitos, renúncia irrevogável e irretratável ao exercício do direito de preferência, ficando caracterizada a falta de interesse na aquisição das quotas. Caso seja verificada esta hipótese, deverá ser operada a apuração dos haveres do sócio ofertante, na qualidade de sócio dissidente, aplicando-se as regras previstas na Cláusula 18ª e parágrafos, abaixo.

Parágrafo Oitavo - O valor das quotas, na negociação entre o sócio alienante e os demais sócios ou a sociedade, será o valor de mercado apurado em avaliação feita por empresa especializada.

Parágrafo Nono - Para os fins do Parágrafo Oitavo desta Cláusula 14ª, será contratada 1 (uma) entre 3 (três) empresas com expertise comprovada, de comum acordo entreos Sócios, para apurar o valor da participação do Sócio dissidente.

Parágrafo Décimo - Será nula de pleno direito, não produzindo qualquer efeito válido, a oferta ou a alienação de participações societárias que não atendam ao disposto nos parágrafos acima.

DA SUCESSÃO E DA APURAÇÃO DE HAVERES

Cláusula 15ª - O falecimento, ausência, retirada, exclusão ou incapacidade de quaisquer sócios não dissolverá a sociedade, prosseguindo esta com os demais sócios. Ocorrendo qualquer das situações aqui previstas com quaisquer sócios ou sub-rogação forçada nos direitos às quotas, somente serão admitidos ao convívio social, sucessores, sociedades coligadas ou controladas diretas, sendo expressamente proibida a admissão de cônjuges, companheiros, ex-cônjuges, ex- companheiros, novos controladores, síndicos, liquidantes ou qualquer terceiro, seja pessoa natural ou jurídica.





PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

Parágrafo Primeiro - Somente serão admitidos ao convívio social novos sócios, caso os sócios representando ¾ (três quartos) do capital social, em reunião de sócios, osaceitem. Os sócios, quando excluídos, farão jus aos pagamentos de seus haveres, sendo utilizado como parâmetro

o valor do patrimônio líquido constante do último balanço geral. Para apuração dos haveres e dos pagamentos deverão ser observados os termos dos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 14ª e Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula 18ª, respectivamente.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de falecimento, impedimento ou incapacidade de quaisquer Sócios ou, ainda, de sub-rogação forçada nos direitos às quotas, incorrendo nas regras onde há vedação expressa na admissão de novos sócios, serão estes excluídos da sociedade mediante alteração contratual, tendo seus direitos e haveres apurados com base nos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 14ª, acima, os quais serão pagos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o evento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Parágrafo Terceiro - O prazo mencionado acima poderá ser reduzido desde que, a situação financeira da sociedade assim comporte, verificando-se a disponibilidade de caixa e, ainda, mediante determinação de sócios representando 90% (noventa porcento) do capital social.

DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

Cláusula 16ª - Na vigência deste contrato, ocorrendo impedimento ou incapacidadede quaisquer sócios, que comprometa o desenvolvimento da sociedade, será este excluído da Sociedade mediante a alteração contratual, sendo seus direitos e haveres pagos na forma descrita nas cláusulas anteriores.

Cláusula 17ª - Será expressamente admitida exclusão de sócio, por justa causa, nahipótese de prática de atos contrários aos interesses da sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo Segundo - Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local dareunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

Parágrafo Terceiro - Os haveres do sócio excluído serão apurados e pagos na formados Parágrafos Oitavo e Novo da Cláusula 14ª e Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula 15ª, respectivamente, ressalvando-se o direito de retenção dos haveres para garantia de atos imputáveis ao excluído.

Parágrafo Quarto - Para fim de definição de prática de atos contrários aos interesses da Sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, entende-se:

- I Não observação das disposições contidas neste Contrato Social;
- II Cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações perante a sociedade;
- **III -** Deixar de agir com lealdade e diligência, inclusive desviando ou permitindo o desvio de bens ou recursos da sociedade para uso próprio ou de terceiros ou qualquer outro tipo de fraude;





PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

- IV Concorrer, sob qualquer forma, com a sociedade;
- V Criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de quaisquer gravames sobre as quotas;
- **VI -** Ser condenado judicialmente, com trânsito em julgado, mesmo em instânciasingular, pela prática de quaisquer crimes doloso e/ou hediondo;
- **VII** Adotar comportamento impróprio e/ou inadequado perante funcionários, clientes, parceiros ou fornecedores da sociedade;
- **VIII -** Praticar atos que a lei ou a jurisprudência venham a considerar como justa causapara exclusão de sociedades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 18ª - É vedado aos sócios a prestação de fianças e avais ou qualquer outragarantia real ou fidejussória, que envolvam de qualquer forma as quotas representativas do capital social da sociedade, ficando ditas quotas, desde já, gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

DO FORO

Cláusula 19ª - Para todas as questões oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o foro da Cidade de Serra/ES, com exclusão de qualqueroutro, por mais privilegiado que seja.

Em por fim, os sócios, assinam eletronicamente o presente instrumento, em uma única via.

Serra/ES - 13 de Dezembro de 2021

JOSÉ MARCOS SZUSTER Sócio Administrador

VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER Sócio Administrador

AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION Advogada – OAB/RJ – N° 162.474



Cartório Azevêdo Bastos





PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ - 43.687.090/0001-43 Nire - 32202820986

ANEXO I - RELAÇÃO DE BENS

Por José Marcos Szuster:

I -1.350.000 (um milhão, trezentas e cinquenta mil quotas), no valor correspondente a R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta reais), da sociedade Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o nº 32201720961, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030.

II - 88.000 (oitenta e oito mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), da empresa Leve Saudável Shopping Ltda, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Sala 005, 1° andar, Civit 1, Serra/ES, CEP 29168- 030, inscrita na Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 32.6.0008919-0 e no CNPJ/ME sob nº 25.346.626/0001-85.

Por Verônica Vianna Villaça Szuster:

I - 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da sociedade Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o nº 32201720961, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 08, Lote 08, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.



Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.no



MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF/CNPJ	Nome			
10674111788	AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION			
26653915115	VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER			
63379198749	JOSE MARCOS SZUSTER			

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021 17:51 SOB N° 20211441732.

PROTOCOLO: 211441732 DE 21/12/2021.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109304258. CNPJ DA SEDE: 43687090000143.

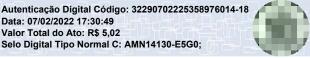
NIRE: 32202820986. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/12/2021.

MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA

PAULO CEZAR JUFFO SECRETÁRIO-GERAL www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,











REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.343.029/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL					
NOME EMPRESARIAL MEDLEVENSOHN COMER	RCIO E REPRESENTACOES DE PROI	OUTOS HOSPIT	ALARES LTDA			
,						
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MEDLEVENSOHN PORTE DEMAIS						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 46.45-1-01 - Comércio ata	ADE ECONÔMICA PRINCIPAL cadista de instrumentos e materiais	para uso médic	co, cirúrgico, ho	spitalar e de labo	ratórios	
	DADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS					
33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 46.18-4-02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.89-3-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 52.12-5-00 - Carga e descarga 52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUR	EZAJURÍDICA					
206-2 - Sociedade Empres	sária Limitada					
LOGRADOURO R DOIS		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QUADRA 008	LOTE 008		
	BAIRRO/DISTRITO CIVIT I	MUNICÍPIO SERRA			UF ES	
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR TELEFONE (27) 3338-0756						
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)						
*****	- (-· · · ·)					
SITUAÇÃO CADASTRAL			DA	TA DA SITUAÇÃO CADAS	STRAL	
ATIVA				/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAI	L					

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/02/2022 às 17:41:25 (data e hora de Brasília).

04/02/2022 17:41

CARTÓRIO

1 of 2

SITUAÇÃO ESPECIAL

Autenticação Digital Código: 32290702225358976014-19 Data: 07/02/2022 17:30:50 Valor Total do Ato: R\$ 5,02 Selo Digital Tipo Normal C: AMN14131-XKHU;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Válber Azevégő de M. Cavalcanti

Página: 1/2





SITUAÇÃO ESPECIAL *******

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA RESSOA ILIRÍDICA

			A JUNIDIO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.343.029/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INS	DATA DE ABERTURA 25/09/2002			
NOME EMPRESARIAL MEDLEVENSOHN COMERC	IO E REPRESENTACOES DE PR	ODUTOS HOSPIT	ALARES LTDA		
77.39-0-02 - Aluguel de equ 77.39-0-99 - Aluguel de outr operador 86.40-2-02 - Laboratórios cl	ntermediação e agenciamento de ipamentos científicos, médicos e as máquinas e equipamentos co ínicos erviços de complementação dia nfermagem	e hospitalares, se merciais e indust	m operador riais não espec	ificados anteriorme	,
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ	ZA II IDÍDICA				
206-2 - Sociedade Empresá					
LOGRADOURO R DOIS		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QUADRA 008	LOTE 008	
	RRO/DISTRITO /IT I	MUNICÍPIO SERRA			UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVENS	TELEFONE (27) 3338-0756				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL				TA DA SITUAÇÃO CADAST	TD AI
ATIVA				3/11/2005	RAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
·					

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/02/2022 às 17:41:25 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *******

2 of 2

CNJ: 06.870-0 Selo Digital Tipo Normal C: AMN14132-08OJ;

Cartório Azevêdo Bastos Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

	CADASTRO NACIONAL	DA PESSOA JURID	DICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 43.687.090/0001-43 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL MEDLEVENSOHN PAR	TICIPACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	D (NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS	
	/IDADE ECONÓMICA PRINCIPAL e instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT Não informada	IMDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 206-2 - Sociedade Emp				
LOGRADOURO R DOIS		NÚMERO COMPLEMENT QUADRA08	0 B LOTE 08 SALA 02	
CEP 29.168-030	BAIRRO/DISTRITO CIVIT I	MUNICÍPIO SERRA	UF ES	
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLE\	ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR TELEFONE (27) 3338-0756			
ENTE FEDERATIVO RESPONSA	ÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/09/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *******			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/02/2022 às 17:42:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

1 of 1

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/32290702225358976014 Autenticação Digital Código: 32290702225358976014-21 Cartório Azevêdo Bastos Data: 07/02/2022 17:30:50



Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

TJPB



04/02/2022 17:42

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/02/2022 17:58:35 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 32290702225358976014-1 a 32290702225358976014-21

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b893c403724cafff7fcfc3b8a3ba17369a1dae9db30ecaa3ec951c21582708f18392e7ffd7b5caf9611cca2fae65d7baf85ae7 50ad1dbdc5c2703bcfe97e77152





1 of 1 07/02/2022 17:58



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, a MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.343.029/0001-90, com sede na Rua Dois, s/n, quadra 008, lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por sua sócia Sra. VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER, brasileira, casada, empresária, sócia administradora da outorgante, portadora do documento de identidade nº 24.834.394-9 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 266.539.151-15, nomeia e constitui como suas bastante procuradoras as advogadas, AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.474 e ANNELIZA ARGON VIEIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ nº 235.642, com **PODERES** para participar de licitações em geral, pregões eletrônicos ou presenciais, apresentar impugnações, recursos em geral, pedidos de esclarecimento, notificar e responder notificações, ofícios, cartas em geral, bem como, poderes de cláusula ad judicia e extra, para todas as instâncias, esferas e tribunais, podendo para tanto habilitar, peticionar, defender e atuar nos processos administrativos em interesse do OUTORGANTE, solicitar cópias, vistas dos processos, requer o que for preciso, solicitar informações, tudo visando o bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo, inclusive, substabelecer.

Serra/ES, 8 de fevereiro de 2022.

VERONICA VIANNA VILLACA Assinado de forma digital por VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER:26653915115 Dados: 2022.02.08 15:27:31

SZUSTER:26653915115 Dados: 2022.02.08 15:27:31

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Verônica Vianna Villaça Szuster

RG n° 24.834.394-9 CPF/MF n.° 266.539.151-15

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Rua Dois, S/N, Quadra 008 Lote 008 Bairro/Distrito: CIVIT I – CEP: 29.168.030 – Serra – ES
(021) 3557-1500 (SEDE ADMINISTRATIVA RIO DE JANEIRO)
juridico@medlevensohn.com.br

Página **1** de **1**









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/02/2022 16:59:53** (**hora local**) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 32290802222701003859-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b9dacd8104198f88a7f7008a8525172cac6475c4544ddfd2c0d37359a55c032fbeabdba66a7973b637650a1e9baadab718 5ae750ad1dbdc5c2703bcfe97e77152





1 of 1 08/02/2022 17:00